



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2021

Processo Licitatório nº: 10.576/2020

Processo de Recurso nº: 29.947/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 054/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 054/2021 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 22 de outubro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 038 de 01/01/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 10.576/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00054/2021. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. Às 14:09:19 do dia 03/11/2021 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 0054/2021;



Comissão de Pregão II

07. Foram registradas três intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

08. A empresa: D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA, apresentou o recurso para o Lote 10 (Grupo 09) em 08/11/2021;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

09. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A impugnante sucintamente alega, que *"a decisão que declarou apta/habilitada/vencedora a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, não obedeceu a todos os ditames legais, conforme incansavelmente demonstrado nesta peça recursal, já que se encontra COM O SEU DIREITO DE LICITAR SUSPENSO e não foi considerada apta para fornecer o lote 10 (parecer técnico desfavorável)."*

b) Afirma ainda que, quando da aceitação da proposta, da empresa recorrida, para os itens 140 (Cefalina Ativada) e 141 (Cefalina Ativada para Automação), pelo pregoeiro, *"A PMH Anexou o Guia Rápido de Reagentes com a finalidade de comprovar que o teste proposto é multipropósito mesmo sendo solicitado um documento formal da fabricante, apresentou um documento sem carimbo ou qualquer tipo de assinatura da fabricante, documento esse que foi aceito pelo pregoeiro."*

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

10. Requer a RECORRENTE:



Comissão de Pregão II

a) *"o recebimento, análise e admissão desta peça para que seja modificada a decisão que declarou APTA/HABILITADA/VENCEDORA a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA "*

b) *"que seja declarada como vencedora a empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA, por cumprir todos os requisitos do edital. da decisão acima, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro."*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

11. Não houve manifestação em sede de contrarrazão.

IV. DA ANÁLISE

12. Quanto a alegação sobre a *"...decisão que declarou apta/habilitada/vencedora a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA..."*, com *"... O SEU DIREITO DE LICITAR SUSPENSO..."*

O Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2021 em seu Item 08 traz que:

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 *Não poderão concorrer neste pregão as sociedades empresariais e empresários que se enquadrem nas seguintes situações:*

8.1.1 *Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da*



Comissão de Pregão II

Lei 8ederal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02; (grifo nosso).

8.1.2 Impedidos de participar da licitação, nos termos do Inciso IV, do art.87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública; (grifo nosso)

Ainda no edital, em seu item 16, temos que:

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- a) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Antes de proceder com a habilitação da empresa recorrida este pregoeiro, em mandamento ao disposto no edital, e atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, procedeu com a devida verificação da condição de habilitação da empresa **PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, junto ao



Comissão de Pregão II

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, onde constava a seguinte informação:

Transcrição do documento anexo às fls. 1.912 a 1.913 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.740.696/0001-92 DUNS®: 902299262
Razão Social: PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Impedimento de Licitar no Âmbito:

ESTADO DO ESPIRITO SANTO / 925021-SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS

Além disso também efetuou verificação junto ao site do TCU através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, disponível no endereço (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), que abrange entre outras, o Cadastro



Comissão de Pregão II

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, onde constava a seguinte informação:

Transcrição do documento anexo às fls. 1.919 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Suspensão - Lei de Licitações (28/02/2022) - Governo do Estado do Espírito Santo (ES)
Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Tendo em vista que “Constavam Registros”, realizamos consulta detalhada no portal do órgão gestor, o CEIS onde verificamos que travava-se do mesmo impedimento aplicado pelo órgão sancionador, informado no SICAF, o Governo do Estado do Espírito Santo.

Transcrição do documento anexo às fls. 1.921 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------|------------------------|--|------------------|--|-------------------------------|------------------------------|------------|
| Detalhar | 00.740.696/0001-92 | PMH Produtos Medicos Hospitalares Ltda | DF | Governo do Estado do Espírito Santo (ES) | Suspensão - Lei de Licitações | 30/08/2021 | 1 |



Comissão de Pregão II

Transcrição do documento anexo às fls. 1.922 a 1.923 dos autos do Processo Licitatório nº 10.576/2020.

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção

SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal

ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal

PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Data de início da sanção

30/08/2021

Data de fim da sanção

28/02/2022

Data de publicação da sanção

30/08/2021

Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SEÇÃO 2
PAGINA 23

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

30/08/2021

Número do processo

OF 0938/2020/ PROCESSO 2020-R7HCP

Abrangência definida em decisão judicial

SEM INFORMAÇÃO

Observações

PENALIDADE APLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE EM VIRTUDE INEXECUÇÃO PARCIAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO 0938/2020.

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (ES)

Complemento do órgão sancionador

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

UF do órgão sancionador

ES

Tendo em vista que o edital é cristalino quanto a aplicação da penalidade a qual se refere o inciso III, do artigo 87, da Lei 8666/93, em seu item 8.1.1 quando traz em seu texto, "...Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei 8666/93, **QUANTO** como a informação constante no SICAF que traz expressamente o âmbito do impedimento de licitar como sendo o "ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / 925021-SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS". A empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA foi CONSIDERADA APTA a ser habilitada para Licitação realizada no âmbito do Município de Nova Friburgo.

13. Ante ao exposto o presente recurso foi encaminhado a Procuradoria Geral Municipal, para análise dos aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao



Comissão de Pregão II

entendimento do órgão da aplicabilidade do impedimento de licitar que trata o *inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93*, a fim de subsidiar a decisão, ante o recurso interposto, que exarou parecer jurídico orientativo,

14. A Procuradoria Geral do Município, após relatório inicial, e demais esclarecimentos acerca do recurso interposto, se manifestou que *"salvo melhor juízo, não assiste razão a recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão, pelos fundamentos narrados a seguir."*

15. Traz em seu parecer que, *"Entende o TCU, de forma inequívoca, que a suspensão temporária prevista da Lei de Licitações (art. 87, III), em vez de gerar consequências para toda a Administração Pública, deve ter seus efeitos adstritos somente ao órgão ou entidade que aplicou a sanção. É o que se observa em reiterados acórdãos..."* citando várias decisões em casos similares.

16. Aduz que *"...Como se pode ver, prevalece no âmbito do TCU o entendimento no sentido que as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, Inciso III da Lei 8.666/1993, alcançam apenas o órgão ou a entidade que as aplicaram."*

17. Menciona que, *"...o próprio edital do Pregão eletrônico nº 054/2021 dispõe expressamente que a vedação de participação no certame seria limitada à Administração Municipal Direta e Indireta, em seu item 8.1.1", orientando que "...a recorrida não pode ser considerada inabilitada, eis que a penalidade de suspensão foi aplicada pelo Estado do Espírito Santo (fls; 22/24), não estando suspensa/impedida de participar das licitações no âmbito do Município de Nova Friburgo"*



Comissão de Pregão II

18. Concluindo que *"...por todo o exposto, opina-se pelo desprovidimento do recurso, bem como pela remessa do presente à Secretaria Municipal de Saúde para ciência e decisão final."*

19. Quanto a alegação sobre a aceitação da proposta, da empresa recorrida, para os itens 140 (Cefalina Ativada) e 141 (Cefalina Ativada para Automação), pelo pregoeiro, *"A PMH Anexou o Guia Rápido de Reagentes com a finalidade de comprovar que o teste proposto é multipropósito mesmo sendo solicitado um documento formal da fabricante, apresentou um documento sem carimbo ou qualquer tipo de assinatura da fabricante documento esse que foi aceito pelo pregoeiro."*

O edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 054/2021 em seu item 28.5 dispõe o seguinte:

28.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

Em sede de recurso este pregoeiro promoveu diligência a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, através do OFÍCIO Nº 001/2021/CP II, anexo aos autos do presente processo, com o intuito de dirimir qualquer dúvida com



Comissão de Pregão II

relação às informações presentes no documento "Guia Rápido de Reagentes" apresentado pela empresa na Fase de Julgamento do certame, questionado pela recorrente.

A empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA apresentou resposta, através de documento, devidamente assinado pelo seu Diretor Comercial, enviado por e-mail, também constantes nos autos do presente processo, onde a mesma alaga em síntese que:

Conforme bula do Reagente Cephascreen (Cód.308) em anexo, claramente é possível verificar que o item 14.2 demonstra que o reagente é compatível com todos equipamentos da linha STA e qualquer outro equipamento utilizado pelo laboratório, senão vejamos:

Transcrição da Bula do produto CEPHASCREEN® 4

14.2. Reagentes e material auxiliares

- STA® - CaCl₂ 0.025 M (REF 00367).
- Coag Control **N** + **P** (REF 00621) ou System Control **N** + **P** (REF 00617): controles normal e anormal.
- Instrumento do tipo ST art®.
- Equipamento habitualmente utilizado nos laboratórios de análises clínicas.

Igualmente, este pregoeiro também efetuou diligência, junto ao fabricante do produto, a STAGO Brasil, quanto a compatibilidade do produto em questão, *CEPHASCREEN® 4, com o equipamento de menor porte (semiautomático) ofertado em regime de comodato, STart® MAX, bem como questionou se o produto*



Comissão de Pregão II

em questão também poderia ser utilizado para "multipropósitos" tanto quanto para automação.

A Fabricante através de e-mail, em atenção aos questionamentos realizados respondeu que:

Prezado pregoeiro,

Jonathan P. Chaves

Recebemos seu questionamento e conforme solicitado segue a resposta referente ao uso dos produtos da marca **Stago** (reagentes e respectivos instrumentos).

- 1) O produto STA® - Cephascreen® 4 (Registro ANVISA 80102510349) é compatível com o equipamento Start Max? SIM
- 2) O produto STA® - Cephascreen® 4 (Registro ANVISA 80102510349) pode ser utilizado para automação? SIM
- 3) O produto STA® - Cephascreen® 4 (Registro ANVISA 80102510349) pode ser utilizado para multipropósitos (em equipamentos semi-automáticos?) SIM
- 4) O produto STA PTT Automate 5 (Registro ANVISA 8012050279), é compatível com o equipamento Start Max? NÃO
- 5) O produto STA PTT Automate 5 (Registro ANVISA 8012050279), pode ser utilizado para automação? SIM
- 6) O produto STA PTT Automate 5 (Registro ANVISA 8012050279) pode ser utilizado para multipropósitos (em equipamentos semi-automáticos?) SIM

Qualquer dúvida estão a disposição.

Sem mais,



Luciane Franco

Gerente de Marketing/ Marketing Manager/ Regulatório

Stago Brasil, Berrini One - Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 28º andar, São Paulo, Brasil CEP: 04571-010

luciane.franco@br.stago.com Tel: +55 11 4410-4604

www.stago-br.com/



Antes de imprimir, pense em nosso meio ambiente! Always think green before printing!

Oportunamente, tendo em vista que a empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA é a segunda classificada para o Lote 10 (Grupo 09), fizemos os mesmos questionamentos ao fabricante (STAGO Brasil), para os produtos ofertados pela empresa ora recorrente, o produto **STA PTT Automate 5 (Registro ANVISA 8012050279)**, do mesmo fabricante, que em sua peça recursal autodeclara que *"...cumpriu com todas as exigências do edital, sendo a melhor escolha para Administração..."*, onde, conforme resposta obtida, NÃO seria compatível para a



Comissão de Pregão II

utilização com o equipamento STar MAX, também ofertado pela empresa D-MED, em regime de comodato, (mesmo equipamento ofertado pela empresa PMH). Mas que, no entanto, SIM, seria adequado para utilização como "multipropósitos". Tal informação também NÃO consta no catálogo da empresa disponível no sítio eletrônico da Stago Brasil (fonte: https://www.stago.com/fileadmin/user_upload/catalogues/stago-catalogo-hemostasia-2019-br/47-TTPa.html#/page/47 mesmo link utilizado no laudo técnico da laboriosa Coordenação Geral de Laboratórios da PMNF)



O tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPa) é um teste de triagem dos fatores de coagulação XII, XI, IX, VIII, X, V, II e do fibrinogênio.

Um aumento do TTPa é encontrado nas seguintes situações:

- > Deficiências congênitas
- > Deficiências adquiridas e condições anormais

| Ref. | Nº de registro | Nome do produto | Descrição do produto | Embalagem |
|--------------------------------------|----------------|---|--|------------|
| Reagentes para automação | | | | |
| 00595 | 80102510279 | STA-PTT Automate 5 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (ativador sílica) | 12 frascos de STA-PTT Automate 5 | 12 x 5 mL |
| 00597 | 80102510286 | STA-C.K. Prest 5 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (ativador caulim) | 6 frascos de STA-C.K. Prest 5 + 6 frascos de solvente + ativador | 6 x 5 mL |
| 00308 | 80102510349 | STA-Cephascreen 4 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (reagente líquido) | 12 frascos de STA-Cephascreen 4 | 12 x 4 mL |
| 00310 | 80102510349 | STA-Cephascreen 10 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (reagente líquido) | 12 frascos de STA-Cephascreen 10 | 12 x 10 mL |
| Reagentes para fins múltiplos | | | | |
| 00480 | 80102510416 | PTT Automate 5 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (ativador sílica) | 12 frascos de PTT Automate 5 | 12 x 5 mL |
| 00598 | 80102510296 | C.K. Prest 2 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (ativador caulim) | 6 frascos de C.K. Prest 2 + 6 frascos de solvente + ativador | 6 x 2 mL |
| 00847 | 80102510296 | C.K. Prest 5 Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTPa) (ativador caulim) | 6 frascos de C.K. Prest 5 + 6 frascos de solvente + ativador | 6 x 5 mL |
| 00599 | 80102510305 | PTT-LA Reagente TTPa para detecção do Anticoagulante Lúpico | 6 frascos de PTT-LA | 6 x 2 mL |
| Plasma de referência | | | | |
| 00539 | 80102511473 | Pool Norm Pool de plasmas humanos normais | 12 frascos de Pool Norm | 12 x 1 mL |



Comissão de Pregão II

Diante de todo o exposto os autos foram encaminhados na forma que dispõe o item 28.5 do edital, para que fosse emitido NOVO laudo técnico substanciado, diante das novas informações trazidas em sede de Recurso Administrativo, após diligências tomadas, por se tratarem de questões técnicas inerentes ao setor requisitante.

16. O setor técnico requisitante da Secretaria Municipal de Saúde, através da sua responsável Técnica, a Coordenadora Geral de Laboratórios da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, após análises faz alegações, e das razões recursais apresentadas, emitiu NOVO Laudo Técnico substanciado onde concluiu que, *"... Pelo presente instrumento apresentado nos autos onde a fabricante STAGO dos produtos CEPHASCREEN ® 4 referente aos itens 140 (cefalina Ativada) e 141 (Cefalina Ativada para Automoção, respondido através de e-mail em anexo onde responde item dos produtos ofertados, dando como compatível do CEPHASCREEN ® 4 tanto com o aparelho automatizado como semi-automático Start Max. Diante disso confirma a dúvida existente uma vez que o site da empresa informa a não compatibilidade e o acesso da minha pesquisa foi o site, que provavelmente não encontra-se atualizado. Sendo assim os produtos apresentados pela empresa PMH são compatíveis com os aparelhos ofertados segundo seu fabricante"*

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

22. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado por laudo do setor técnico requisitante e parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, e sem nada mais evocar, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa D-MED MATERIAL MÉDICO LABORATORIAL LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 54/2021, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, continuando o julgamento anteriormente proferido, mantendo



Comissão de Pregão II

habilitada a empresa PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, no Pregão em comento.

23. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 054/2021.

24. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de dezembro de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870